

## Revisão da Carta Arqueológica de Avis: novos desafios na gestão do património arqueológico e na sua afirmação nas dinâmicas locais

Ana Cristina RIBEIRO<sup>131</sup>

### Resumo

O Centro de Arqueologia de Avis elaborou, no âmbito do Relatório do Estado do Ordenamento do Território, o diagnóstico do património arqueológico do concelho, sublinhando a necessidade de se regulamentar a avaliação e a intervenção preventivas.

Neste contexto, a revisão da Carta Arqueológica de Avis constitui uma prioridade, permitindo uma actualização de dados, assim como a identificação de aptidões e uma avaliação de possíveis interferências sobre o património.

A Carta Arqueológica assume um papel determinante enquanto instrumento de gestão, planeamento e ordenamento do território, cujo enquadramento e regulamentação passa pela sua integração no Plano Director Municipal de Avis.

Tendo por base o actual quadro de referência do património arqueológico, apresentam-se as linhas orientadoras que determinam o processo em curso de revisão da Carta Arqueológica de Avis, assim como uma reflexão sobre as opções estratégicas e os procedimentos metodológicos e técnicos a adoptar na implementação de medidas de salvaguarda no âmbito do PDM.

**Palavras chave:** Património Arqueológico; Recurso territorial; Instrumentos de Gestão e Planeamento; Carta Arqueológica; Revisão do PDM

### Abstract

Avis Archaeological Centre has elaborated a diagnosis of the archaeological heritage in the Report on the State of Spatial Planning, highlighting the need to regulate an preventives evaluation and intervention. In this context, the review of the Archaeological Chart of Avis is a priority, allowing an update of data, as well as the identification of aptitudes and an assessment of possible interferences on the heritage.

---

<sup>131</sup> Centro de Arqueologia de Avis. [ana.ribeiro@cm-avis.pt](mailto:ana.ribeiro@cm-avis.pt)

The Archaeological Chart plays a decisive role as a territorial management, planning and organisation instrument, whose framework and regulamentation depends on its integration in Avis PDM (Municipal General Plan).

Using the current archaeological heritage reference framework as a basis, are presented the guidelines which determine the current process of revision of the Archaeological Chart of Avis, as well as a reflexion on the strategic options and the methodological and technical procedures to be adopted in the implementation of safeguard measures in the scope of the PDM.

**Keywords:** Archaeological Heritage; Territorial resource; Management and Planning Instruments; Archaeological Chart; PDM (Municipal General Plan) Revision

## 1. A Carta Arqueológica de Avis

Em 2005 o Município de Avis manifestou interesse na implementação de um plano de trabalhos arqueológicos que permitisse aprofundar o conhecimento sobre o património arqueológico local e definir estratégias que contribuíssem para a sua salvaguarda e valorização.

De forma a corresponder a essa pretensão, e considerando que os dados conhecidos para o concelho eram claramente insuficientes, atendendo à dimensão e às características naturais deste território, foi iniciada a Carta Arqueológica de Avis, projecto de iniciativa municipal integrado no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos 2005/2009.

Fomentou-se, assim, uma estratégia continuada de levantamento e diagnóstico de evidências de ocupação humana do território, que contribuiu para a criação de uma visão global e alargada do património arqueológico local e para uma aproximação ao território e às suas especificidades.

Através da revisão da informação precedente e da identificação e caracterização de novos sítios, foi possível actualizar o inventário do património arqueológico e definir estratégias que promovessem o seu estudo e valorização.

Ao longo dos trabalhos constatou-se que a realidade era bem mais diversificada do que a que se conhecia no início do projecto, reunida, na sua quase totalidade, no PDM de Avis em vigor, datado de 1995, que assinalava 62 sítios de interesse arqueológico.

As prospeções realizadas entre 2005 e 2009 tiveram como resultado o aumento expressivo do número de sítios registados, confirmando a necessidade de uma cobertura mais exaustiva do território.

No início dos trabalhos, as áreas documentadas eram reduzidas e estavam associadas a concentrações de monumentos megalíticos, objecto preferencial dos trabalhos desde o final do século XIX. Para as restantes zonas do concelho, em particular norte e oeste, a informação era ocasional ou até mesmo inexistente, não refletindo o real potencial deste território.

O plano de trabalhos baseou-se na recolha de informação através de prospeções, orientadas para o registo e caracterização de sítios, em articulação com a análise cartográfica, em particular da toponímia e oro-hidrografia, recolhas de informação oral e observação da paisagem.

Desta forma, e considerando que a metodologia adoptada revelou-se eficaz na identificação de novas evidências, a visão fraccionada da distribuição de sítios foi-se atenuando ao longo do projecto, deixando antever uma clara tendência para um acréscimo de locais de interesse arqueológico caso o levantamento prosseguisse. E prosseguiu, com a realização da segunda fase do projecto, decorrida entre 2011 e 2014. No final dos trabalhos, em 2014, a Carta Arqueológica de Avis reunia 205 referências.

Esta perspectiva alargada do território e da sua ocupação foi determinante para a estruturação de uma estratégia de intervenção arqueológica de preservação, estudo e valorização do património arqueológico local.

Dos diversos trabalhos realizados e que tiveram por base os resultados obtidos a partir da Carta Arqueológica, destacam-se, ao nível da investigação, os projectos “Intervenção arqueológica no sítio da Ladeira, Ervedal” e “Territórios e espaços de morte na pré-história recente - TEMPH”, e ao nível da preservação e promoção, o “Plano de gestão e valorização de sítios e monumentos arqueológicos\_ Património megalítico” ou o Roteiro megalítico “Entre pedras e pedrinhas”.

## 2. Estado actual do conhecimento

A actividade arqueológica promovida, em regime de continuidade, pelo Centro de Arqueologia de Avis tem permitido identificar e reunir testemunhos da história da ocupação e do uso deste território, sistematizados no Inventário Geral do Património

Arqueológico de Avis (IGPAA), que reúne actualmente 357 ocorrências para o concelho.

Desde 2005 foram documentadas diversas ocorrências que reflectem a diversidade arqueológica desta região, confirmando a existência de um número significativo de vestígios de ocupação, reveladores de um potencial arqueológico que era pouco conhecido.

Para os momentos mais antigos de ocupação do território foram realizadas, em 2011, prospecções direccionadas para o Paleolítico com o objectivo de compreender o que poderia estar na origem da ausência de vestígios paleolíticos, e quais os fenómenos que determinaram, caso se confirmassem indícios de uma ocupação tão recuada, as movimentações e as formas de ocupação deste território.

A estratégia inicial privilegiou os depósitos quaternários, verificando-se que a informação associada a estes locais era escassa e geralmente associada a contextos de deposição secundária, evidente pelo rolamento das peças. Impunha-se, por isso, o alargamento das áreas prospectadas.

A informação reunida no decurso da Carta Arqueológica não foi expressiva, mas veio confirmar a presença humana neste território em momentos mais recuados, abrindo, assim, novas perspectivas de abordagem.

A continuidade dos trabalhos de campo, realizadas posteriormente com o projecto TEMPH, e as condições favoráveis para prospecção, verificadas na sequência da descida acentuada dos planos de água associados às albufeiras de Maranhão e de Montargil, levaram a uma inevitável revisão dos dados que anteriormente haviam sido reunidos, refletindo-se na identificação de um número considerável de vestígios da presença humana, sobretudo nas zonas norte e oeste do concelho, que indiciam momentos mais recuados de ocupação.

As evidências tornam-se mais claras a partir do Neolítico. A ocupação pré-histórica, associada durante muito tempo aos monumentos megalíticos funerários, passou a incluir vestígios diversos, incluindo contextos habitacionais e exemplares de arte rupestre. Destacam-se as ocorrências atribuídas às etapas iniciais do Neolítico, que se revelaram fundamentais para uma nova abordagem do processo de neolitização deste território.

Uma parte significativa desses locais encontra-se implantados nas margens dos principais cursos de água que atravessam o concelho, em áreas actualmente submersas pela albufeira de Maranhão. Os vestígios evidenciam uma clara preferência por zonas marcadas por grandes manchas de afloramentos graníticos, ocupando áreas abertas, de baixa altitude e relevo pouco acidentado, sem condições naturais de defesa.

A consolidação da ocupação pré-histórica manifesta-se na construção de estruturas megalíticas que, em Avis, tem como expressão mais comum, as antas. Os exemplares registados, que, neste momento, ultrapassam as sete dezenas, refletem a diversidade arquitectónica deste tipo de manifestação, persistindo o claro predomínio dos exemplares de grande dimensão, mas com uma crescente representatividade dos monumentos de pequena e média dimensão.

A concentração de monumentos megalíticos em algumas áreas do concelho, nomeadamente nas imediações das manchas de granitos, tem vindo a atenuar-se à medida que vão sendo identificadas novas estruturas, isoladas ou agrupadas em necrópoles, em áreas onde, até ao início da Carta Arqueológica, eram escassos ou inexistentes os vestígios de megalitismo.

Os contextos habitacionais contemporâneos dos grandes monumentos correspondem, na sua maioria a achados isolados ou dispersos, destacando-se, neste contexto, o povoado da Ladeira, cujas evidências indiciam a presença de um povoado extenso e estruturado.

Os vestígios tornam-se escassos e inconclusivos no que diz respeito à Proto-história, persistindo dúvidas relativamente à integração cronológica das evidências reunidas em prospecção. Estes vestígios ocorrem em número muito reduzido, em locais destacados na paisagem e que detêm um significativo domínio visual sobre a envolvente.

O período romano no concelho de Avis está associado a um conjunto de indícios, de tipologia diversificada, integrados numa estrutura de povoamento disperso, de carácter rural, regulada pelas *villae* e em torno das quais se agrupavam núcleos isolados de menor dimensão.

A distribuição dos vestígios de período romano é desigual: a zona oeste do concelho, dominada por depósitos de areias e arenitos, apresenta um número menor de ocorrências, contrastando com a restante área do concelho, onde se concentra um número significativo de evidências de ocupação de época romana.

O carácter rural da ocupação do território, verificado para o período romano, deverá manter-se nos períodos subsequentes, tendo expressão em alguns locais e monumentos dispersos pelo concelho. As prospecções não forneceram dados significativos relativamente à ocupação do espaço rural, pelo que a informação disponível está associada sobretudo aos aglomerados urbanos, em particular a Avis. Aqui encontra-se o maior número de testemunhos, associados à fortificação, ao conjunto monástico de S. Bento de Avis e a toda a estrutura urbana que persiste na zona mais antiga da vila, onde se integram alguns exemplos da arquitectura religiosa e civil e espaços consagrados aos mortos.

No espaço rural destaca-se a Capela de Nossa Senhora de Entre Águas, para a qual foram reunidos, em contexto de obra realizada em 2018, dados fundamentais para o seu estudo.

De cronologia mais recente permanecem no território outros testemunhos de importante valor histórico, tecnológico, arquitectónico, científico e social. Muitos destes espaços foram reutilizados ou encontram-se abandonados, perdendo-se em muitos casos a memória do engenho e da criatividade que caracterizaram o contexto da sua construção. Apesar de não terem sido incluídos na Carta Arqueológica, estas realidades foram assinaladas como contributo para uma futura Carta do Património.

### **3. Revisão da Carta Arqueológica de Avis**

O reconhecimento sobre a ocupação humana no território possibilitou a elaboração de um quadro de referências para o património arqueológico que constituiu a base do diagnóstico apresentado, em 2019, no âmbito do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT), onde foi definido o enquadramento estratégico para a revisão do PDM de Avis.

Neste documento foram estabelecidas as linhas orientadoras das medidas de salvaguarda do património arqueológico, sublinhando-se a necessidade de se regulamentar a avaliação e a intervenção preventivas.

A eficácia destas medidas passa obrigatoriamente pelo registo, preciso e detalhado, dos valores patrimoniais, pelo que se impunha uma revisão da Carta Arqueológica de Avis, no sentido de organizar um inventário actualizado dos valores patrimoniais, que

confirmasse o potencial arqueológico do concelho, identificasse aptidões e avaliasse potenciais impactos sobre os sítios.

Os trabalhos, desenvolvidos pelo Centro de Arqueologia de Avis, foram iniciados em 2021 e consistem, de um modo geral, na identificação e/ou realocização de sítios arqueológicos no concelho e na actualização do inventário.

A realocização de sítios pretende corrigir, com recurso a GPS, eventuais imprecisões ao nível da localização. Estão também a ser desenvolvidas prospecções para confirmar o potencial arqueológico de locais assinalados em trabalhos anteriores.

Os trabalhos de campo permitem também uma monitorização do estado de conservação do sítio e uma actualização dos registos, nomeadamente das fichas de sítio.

Com a revisão da Carta foi efectuada a transposição e incorporação dos sítios arqueológicos registados em trabalhos subsequentes, nomeadamente decorrentes do projecto TEMPH.

A reorganização e uniformização dos dados referentes ao património arqueológico de Avis permitiu igualmente a actualização do suporte de dados cartográfico, elaborado através de georreferenciação de dados no software Quantum Gis, no sistema de referência ETRS89-TM06, com recurso a cartografia e ortofotomapas em formato vetorial e matricial.

Esta informação cartográfica complementa o IGPA, base de dados em ambiente Access, onde estão reunidos os critérios descritivos fundamentais para a caracterização individualizada dos sítios. Com o inventário foi possível uma convergência de dados, de acordo com critérios de análise, com correspondência a registo individuais georreferenciados, facilitando a integração e o manuseamento de informação e melhorando a gestão da informação.

No âmbito da revisão da Carta Arqueológica considerou-se pertinente uma reestruturação do inventário, no sentido de uniformizar os registos associados às diferentes fases do projecto. Deste modo, pretende-se desenvolver um instrumento que garanta uma actualização sistemática, facilite a anexação de dados, a consulta de informação e agilize a articulação com outros serviços.

A análise e o estudo preliminares das ocorrências patrimoniais registadas encontram-se estruturados nas fichas de sítio, ordenadas por unidades territoriais

correspondentes às freguesias. As fichas reúnem toda a informação disponível sobre os sítios inventariados, ao nível da caracterização, localização, avaliação e elementos processuais, permitindo associar a cada ficha outros registos, como fotografias, desenhos, relatórios, levantamentos, pareceres ou artigos.

A quase totalidade dos dados inseridos no IGPAA corresponde a sítios não classificados, pelo que houve a necessidade de estabelecer categorias patrimoniais e actualizar a sua distribuição no território de acordo com contextos diferenciados, correspondentes aos meios urbano e rural, e para os quais foram determinadas categorias valorativas definidas em função do valor patrimonial aferido para as evidências registadas.

Considerando a existência de dois planos de água neste território (albufeiras de Maranhão e Montargil), houve ainda a necessidade de se estabelecer medidas aplicáveis ao património arqueológico em meio submerso ou submersível, localizado dentro do perímetro definido pelo nível de pleno armazenamento da albufeira.

Neste momento, e apesar de alguns constrangimentos que limitaram a desejada evolução dos trabalhos, foi possível a revisão de 70% da informação reunida no IGPAA, estimando-se, até ao final de 2022, uma revisão da totalidade dos dados.

Esta revisão assume particular relevo quando se verifica que apenas 18% dos sítios inseridos no IGPAA constam do PDM de Avis actualmente em vigor, sendo que cerca de 51% se encontram inscritos na base de dados Endovélico, evidenciando algumas imprecisões.

Deste modo, com uma actualização do inventário, perspectiva-se a inclusão desses dados revistos no processo de revisão do PDM de Avis, assim como a sua transposição integral para o registo patrimonial Endovélico, com a actualização e introdução das devidas alterações.

#### **4. Gestão e salvaguarda do património arqueológico**

A informação reunida a partir da Carta Arqueológica de Avis revela uma densidade de ocupação humana do território em diferentes momentos, com repercussões ao nível da gestão articulada dos valores patrimoniais. Consequentemente, a sistematização da base de dados e a sua aplicação constituem um instrumento fundamental para a

definição de novas estratégias e linhas de intervenção ao nível da investigação, do planeamento e da salvaguarda do património arqueológico.

Perante uma nova visão do património e do território, marcada pela transformação rápida e profunda da paisagem rural, importa avaliar e agir preventivamente no que diz respeito às medidas de salvaguarda a aplicar em articulação com os demais recursos e necessidades territoriais.

Nesse sentido, e uma vez que permitem conhecer e avaliar a real dimensão dos vestígios arqueológicos, a revisão da Carta Arqueológica e a efectivação do IGPAA devem ser encaradas como um dos indicadores de referência na caracterização do território, na identificação do seu potencial e na avaliação de impactos.

A este nível, e para a definição de uma estratégia eficaz de salvaguarda patrimonial, a definição e a valoração de categorias patrimoniais são essenciais no actual enquadramento de revisão de PDM.

Deste modo, é possível qualificar, de forma adequada às respectivas particularidades, as opções e os procedimentos metodológicos e técnicos a adoptar na implementação de diferentes graus de protecção e de medidas de salvaguarda, a fazer reflectir na norma regulamentar de um novo PDM.

Apesar de condicionados por orientações diversas, os PDM continuam a deter um papel fundamental na gestão do património arqueológico local. A sua eficácia depende, entre outros factores, da existência de uma política patrimonial articulada, de intervenção activa e de uma permanente avaliação e actualização de dados.

Por conseguinte, é desejável e necessário que os estudos de caracterização territorial sejam encarados, não como uma simples compilação padronizada de informação ou um mero repositório de pontos cartográficos, mas sim como o resultado de uma abordagem alargada do território, baseada na avaliação e no estudo arqueológicos, que fundamente as opções estratégicas em matéria de gestão e salvaguarda de valores patrimoniais pré-existentes no âmbito das políticas de planeamento e ordenamento territoriais.

Só desta forma será possível perspectivar uma gestão eficaz do património arqueológico enquanto recurso local e bem colectivo, de valor estratégico para o desenvolvimento económico e social, promovendo a sua salvaguarda em harmonia com as restantes valências territoriais.

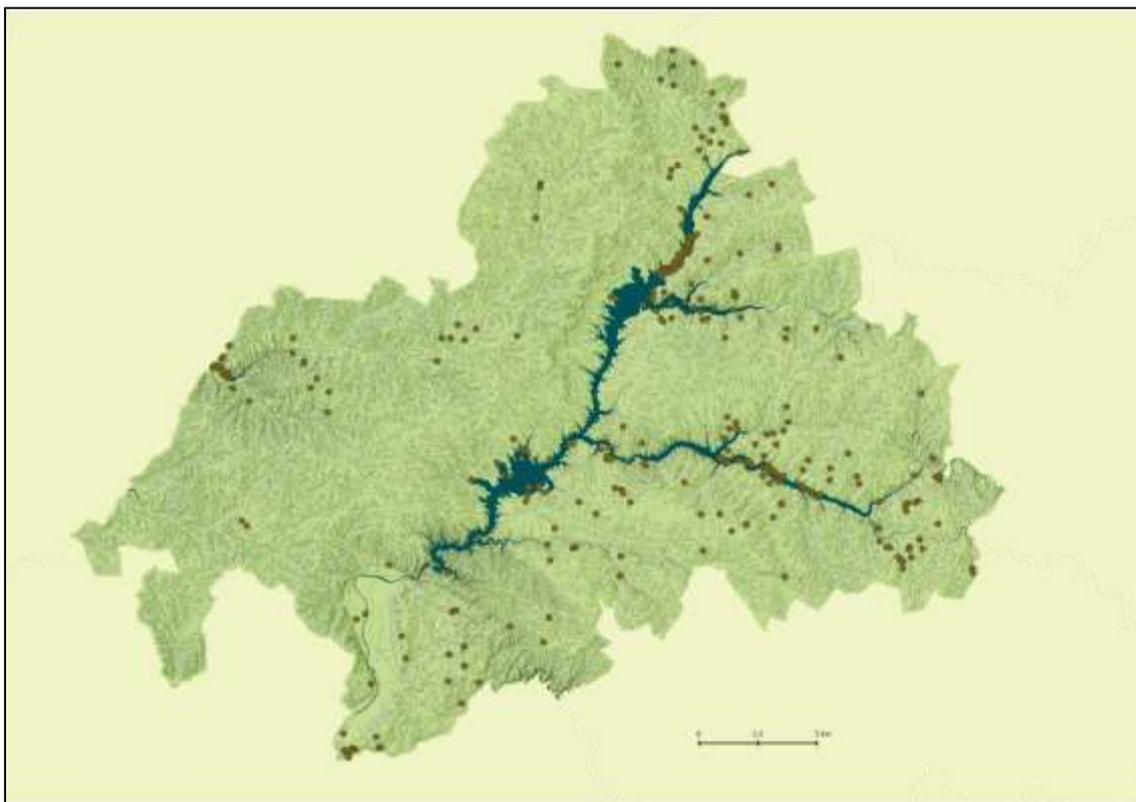


Figura 1 – Mapa síntese de distribuição dos sítios e monumentos registados no concelho de Avis

## 5. Bibliografia

- MARTINS, Ana Margarida Nunes (2011) - *A salvaguarda do património cultural no ordenamento territorial. O caso específico do património arqueológico*. Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito de Lisboa.
- Ribeiro, Ana Cristina (2020) - Património arqueológico e gestão territorial: O contributo da Arqueologia para a revisão do PDM de Avis. Em ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 223-236.
- RIBEIRO, Ana Cristina (2017) – Plano de Gestão e Valorização de Sítios e Monumentos Arqueológicos: um contributo para a salvaguarda do património megalítico de Avis. *Al-madan*, n.º 21, tomo 2, 33-42. Disponível em: [https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline21\\_2](https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline21_2)
- RIBEIRO, Ana Cristina (2008) – Uma primeira leitura da Carta Arqueológica de Avis. *Al-madan*, n.º 16, VII, 1-12. Disponível em: [https://issuu.com/almadan/docs/almadan\\_online\\_16](https://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_16)

*Relatório de Estado do Ordenamento do Território do Município de Avis - Património arqueológico* (extracto do estudo de caracterização integrado no REOT). 2020, 42-65. Disponível em: [https://cm-avis.pt/wp-content/uploads/2021/02/reot\\_para-revisao-pdm.pdf](https://cm-avis.pt/wp-content/uploads/2021/02/reot_para-revisao-pdm.pdf)